

POLÍTICA: O DIREITO DE NASCER, A OPÇÃO DE EXISTIR

Marcos da Fonseca Conforti*

Vinício Carrilho Martinez**



Resumo

O artigo está dividido em duas partes: na primeira, procuramos desenvolver o conceito de política como atividade intrinsecamente social, coletiva e pública. Portanto, política não se confunde, por um lado, com a ânsia dos indivíduos abestalhados pelo mando - o poder sem autoridade - e, por outro, com a *política real* que se mantém muitas vezes sob a tutela da corrupção. Na segunda, sob a ótica da Psicologia Política, enfatizamos a figura do indivíduo particular, enquanto motivado para a ação no mundo, inclusive a ação política, com seu psiquismo (pensar, sentir e querer) e sua necessidade essencial de reconhecimento como parte indissociável de sua condição humana.

Palavras-chave

Política, coletividade, indivíduo particular, motivação, psiquismo, Psicologia Política.

Abstract

The paper is divided into two parts: first, we try to develop the concept of politics as an intrinsically social, collective and public activity. Therefore, politics cannot be understood as the craving for power – the power without authority – and neither as “real politics” that is kept under the protection of corruption. Second, from the viewpoint of the Political Psychology, we emphasize the role of the individual, while motivated to act politically in the world, with his psyche (to think, to feel and to wish) and his essential necessity of gaining recognition as an inseparable part of his human condition.

Keywords

Politics, collectivity, particular individual, motivation, psyche, Political Psychology.

* **Marcos da Fonseca Conforti** é psicólogo clínico e psicoterapeuta antroposófico; pós-graduado especialista em Educação e Psicologia Antroposófica, com formação em Pedagogia Social, mestrando em Ciências Sociais (Unesp-Marília); professor de Psicologia Aplicada à Administração da Faculdade de Administração da Fundação Eurípides de Marília.

** **Vinício Carrilho Martinez** é advogado: Doutor em Educação (USP), professor de Teoria Geral do Estado e Fundamentos Sociológicos do Direito da Faculdade de Direito da Fundação Eurípides de Marília.

A política do desentranhamento

No Brasil, já na década de 60, pesquisa realizada no Congresso Nacional revelou que cerca de 30 por cento dos deputados consideravam as atividades parlamentares como profissão. Isto é, a atividade política – condição inerente a todo ser racional – tornou-se ou foi apropriada como requisito e especificidade que poucos (*os escolhidos*) podem ou devem ostentar. De arte de governar ou dirigir a cidade (*Polis*), a política foi afixada a pretensos diplomas ou certificados de autorização. Não poderia ter sofrido maior deturpação, porque a política não é profissão ou atividade exclusiva e reservada a poucos (WEFFORT, 1986).

Na verdade, a corrupção aparece associada, estruturalmente, à história dos governantes autoritários. Como ensina Padre Vieira:

Antigamente os que assistiam ao lado dos príncipes chamavam-se Laterones. E depois, corrompendo-se este vocábulo (...) chamavam-se Latrones. E que seria se assim como se corrompeu o vocábulo, se corrompessem também os que o mesmo vocábulo significa. (VIEIRA, 1992, p.39).

Outro exemplo de deturpação, derivada da profissionalização, é a que ocorreu com o vocábulo e a atividade política do vereador: na origem, *um bom vizinho*. A referência etimológica também interliga-o ao *Homem Bom* - em Portugal: *pai de família exemplar*. Insigne e prestante: o que pode *verear* a cidade. E na própria conjugação dos termos (verbo e substantivo), teríamos: *verear* - administrar; *vereador* - derivado de *verear* - conexo de *vereda*; *vereda* (atalho ou caminho); *vereador* - aquele que indica o caminho, assim como o complemento devido ao Poder Executivo reservou ao Prefeito a posição da cúpula. Seguindo a etimologia, *prefeito é o que está posto na frente*. E ao local de tão relevantes funções, o Município, a localidade de maior proximidade da vida pública, temos no latim (*Munus*) outra reserva de valor político, conferindo Dom, Mérito aos que têm privilégio, *esse* privilégio (RESENDE, 1993, p.186). Quem pensaria isso hoje em dia?

Dessa forma - tomando-se exatamente o que já foi e, de certa forma, o que restou: o realismo político - pode-se dizer que a política é a arte de não ser idiota, não se passar por tal ou de não se permitir ser idiotizado. Principalmente se temos em conta o que deveria ser sempre, e que é como apreendemos desde a tradição clássica grega:

Não é por acaso que a palavra grega *politikós*, com a qual se designa tudo aquilo que é próprio da política (*politiké*), significa

também polido, cortês, delicado. Não é por acaso que o termo grego *polis*, de onde vem política, se estende no latim *urbe*, de onde vem urbano, que tanto diz respeito a cidade quanto a urbanidade, civilidade, afabilidade. Nem mesmo a palavra *polícia* (do grego *politeia* e do latim *politia*) escapa dessa raiz: tem a ver não tanto com representação, como pensamos hoje, mas com a atividade administrativa dedicada a tutelar e proteger a coletividade e suas partes (...) na antiga Grécia a comunidade (*koinonia*) reunia os indivíduos singulares (*idion*) e quando o indivíduo exagerava na sua singularidade a ponto de cancelar qualquer vínculo comunitário, o *idion* virava idiotas (palavra com que os gregos designavam o absolutamente singular, aquele que não tem nada em comum com os outros e por isso não se comunica ou oferece algo). Mais tarde, o *idion* derivou "plebeu", daí para "ignorante", com o que se aproximou do "idiotota" que conhecemos hoje. (NOGUEIRA, 2001, P. 28-29).

Na verdade histórica e antropológica, o nascimento da razão política - de ser conhecedor de que aí está o átomo da organização social complexa e diversificada - é parte do processo de hominização que se inicia no Neolítico (invenção da política, da arte e da técnica refinada). Período, portanto, em que o *idion* já não se bastava e desentranhando-se de sua pequenez, solidão ou reclusão individualista, tornou-se o que poderíamos chamar de ser político. Seu nascimento se dá na vida pública, na praça pública, direto da *ágora*. Por isso, a política abre-nos o mundo, tal qual o teatro (outra técnica de representação) nos faz ver ou, mais precisamente, *o teatro da política faz ver além de si mesmo*. O que corresponde a dizer que aí estão os elementos do *direito de nascer politicamente* - certamente, a essência dos chamados direitos políticos subsequentes - e sem o qual ainda estaríamos embalados no ninho do paternalismo, sob o domínio dos patriarcas.

Pela imposição do contraditório, a lógica que opõe contrários, adversos, não-conexos - mas não díspares, opostos ou antagônicos - deve resultar a confluência, e que não supõe combinação textual, aceitação máxima e integral, sem reservas, discordâncias, mas propondo a concordância mínima, abrangente, integradora e não-restritiva de direitos, participação e interação. Trata-se de um princípio ativo, atrativo, consultivo, construtivo e muito além de mero dispositivo de força que exclui, segrega, elimina, anula.

A política, assim, é a vida na adversidade, complementariedade e soma de diferenças - sua soma é sempre de *mais um*. Já a violência, exercício da força ou arbítrio sem autoridade, é subtração, ou *soma-zero*

- seguindo a tradição que vem de Maquiavel. A política, portanto, implica solidez, armazenagem e estoque de compostos que se (re)compõem com a iniciativa da composição. Tal qual solidariedade vem de sólido (*solidum, solidus*), e que hoje nos permitiria compreender como solidariedade política:

Quando dos o tres, varios hombres, son llamados a decidirse em forma contradictoria acerca de un asunto, de la eliminación resulta que son llevados a hacer, respectiva y recíprocamente de su subjetividad - es decir de lo absoluto que afirma y representa el yo - una manera común de ver, que no se parece ya, en lo más mínimo, ni por el fondo ni por la forma, a lo que habría sido sin esse debate su manera de pensar individual. (DUVIGNAUD, 1990, p. 119-120).

Com isso, vemos também que a própria maneira individual de ver ou perceber o nosso estado de coisas altera-se profundamente se contatada aos demais interesses em jogo. Isto é, do mais individualista - em choque provavelmente com outros tantos, talvez ainda mais individualistas - o ser político resulta diferente, do mínimo de contato e troca (com perdas e ganhos) sai impositiva uma espécie de lógica do *mais do mínimo*, pois um mínimo foi estabelecido, e esse mínimo é muito mais do que o conteúdo requerido pela vontade inicial isolada, entranhada. A política, assim, é sempre desentranhamento e se há outro sentimento, de *estranhamento* a tudo que foi dito, é porque uma *idiotia* nos sufoca:

A política exacerba o ideal de vida coletiva. Exatamente por isso, ela tende a se acomodar com dificuldade em épocas nas quais o individualismo encrespa e se expande (...) é um individualismo de tipo egocêntrico, fechado em si e, portanto, não-libertário (...) Perdem, em suma, os homens e as mulheres em suas comunidades, que ficam sem rumo, dilaceradas, sujeitas a todo ipo de turbulência, frustração ou manipulação. (NOGUEIRA, 2001, p.30).

Sem política, só há perdas; sem política, só há terror. Daí um sentimento de abandono, de crise, de falta de projeto e perspectiva que assombra a todos. O que também implica, pela ordem, na crise de legitimidade, autoridade e representação política. E de forma complementar, podemos indagar se a crise não é uma crise revelada pela extenuante procura de satisfação dos objetivos egocêntricos. Portanto, uma crise individualista, *antipoliticista* e não da política. Uma crise do indivíduo e não dos indivíduos; uma crise que afeta a solidez das comunidades, mas que não é originária da ausência de solidariedade na vida comum (*communitate*: o que é comum).

A política também será a fonte do direito, de todo direito, e em vários sentidos, se assim preferirmos. Em sentido amplo, é atividade que organiza e corrobora o senso de coletividade para além do ego. É a atividade que designa as *obrigações* sociais e deste modo define as regras sociais de convivência, consensuais, interconexas ou os próprios princípios do Direito. Como destaca Lévy-Bruhl (1964), lembrando Ulpiano: *honeste vivere* (viver honestamente), *alterum non laedere* (não prejudicar ao próximo), *suum cuique tribuere* (dar a cada um o que lhe pertence). É a atividade da política que formula o bom senso e, portanto, o que é duradouro e permanente (*ubi societas, ubi jus*). Em sentido estrito, é a atividade que promulga, direciona e orienta a partir dos colegiados e parlamentos, pois da pluralidade e diversidade partidária ou lobista nasce a fórmula da lei - esta sim, nem sempre apaziguadora e socializante. Aliás, para muitos, a lei é, via de regra, rua de mão única: *proteção à propriedade*.

Política é descontentamento, posto que é desentranhamento, mas está longe de induzir ao descomprometimento; a política nos remete para além do indivíduo, mas não se diz, evidentemente, que está aquém do interesse comum. Em suma, a política descortina continuamente o significado ativo da vida pública. Mas a política é também um direito; o *direito ao desentranhamento* e deve ser garantido pelo Estado como tal, da mesma forma como, evidentemente, deve ser requerido pela comunidade política, a *Polis*, onde o *ídion* não perde sua identidade; antes, afirma-a, em decorrência de sua abertura para o mundo da cultura política. Daí também não ser atividade e compreensão *estranha*, e nem admitir estranhamento, falarmos em Psicologia Política, ou *psicologia do ser político e moral*.

A psicologia do ser político e moral

Para analisarmos a psicologia do ser político, temos que necessariamente compreender, além do psiquismo de que cada indivíduo singular é portador, a noção mais ou menos clarificada da motivação humana. O tema amplamente tratado hoje no âmbito das organizações, principalmente as industriais, é, porém, quase esquecido no que diz respeito aos motivos que levam o indivíduo para o cenário político, indivíduo singular e único em seu psiquismo, em sua biografia, em sua cultura de origem, enfim, em tudo aquilo de idéias, sentimentos e desejos que formam a psique humana particular e a consequente ação no mundo. Mesmo na política partidária a ênfase em pesquisa é direcionada às preferências do eleitor e a mídia se ocupa em divulgar notícias de aceitação ou rejeição deste ou daquele candidato e uma interpretação, já reificada, das frases, ações e

articulações dos atores no teatro político.

A motivação humana não é tema estranho para a filosofia do século XVIII. Embora não fosse analisada com essa nomenclatura, as idéias dos filósofos iluministas já se contrapunham, desde Rousseau, à antiga concepção de que os homens vivem em seu *estado natural* em luta contínua por poder e dominação e a guerra sendo quase um estado permanente e natural da sociedade humana. A idéia de indivíduo singular, como a temos hoje, não era levada em conta ou, se o era, destinava-se apenas a analisar a subjetividade humana como perigosa se fosse deixada livre para atuar no mundo, com as paixões e o egoísmo natural do homem, destrutivo e avassalador. Pois, seria necessário o esforço humano em compartilhar socialmente leis e princípios de convivência tanto para os governados como para os governantes que pudessem atuar como um regulador do assim chamado *apetite insaciável do homem*, reger as relações humanas, e as cidades e reinos que desde séculos anteriores já concentravam grande número de habitantes.

Predominava a idéia de Plauto do *homo homini lupus*, o homem como lobo do homem, retomada por Bacon e Hobbes: o homem como um ser naturalmente solitário e egoísta, que somente no convívio com outros homens pode ser *domesticado*, para agir socialmente. A sociedade, então é tida como uma espécie de cura à selvageria humana, seu estado natural. No século XVIII, Rousseau, retomando aristotelicamente a idéia de que a sociedade nasce da fraqueza do homem, sendo assim um mal necessário, introduz em seu discurso - não esqueçamos que Rousseau foi também um contratualista, assim preocupado com a noção de Estado e as relações de poder - a visão de um ser humano que se torna solitário porque a sociedade lhe é hostil, porque para ele o ser humano, como ser incompleto em sua solidão, tem necessidade do outro para complementá-lo, para realizar de fato sua condição humana.

Adam Smith, em sua *Teoria dos sentimentos morais* de 1759 (GIANETTI, 1998), embora não citando Rousseau de maneira pontual, tem este autor refletido em sua obra no que diz respeito à relação com o outro; se Rousseau enfatiza o *olhar* que se lança de um ser humano a outro, em Smith, para expli-

car as motivações humanas, é contemplada a busca da *simpatia*, a partir da *vaidade*, inerente à espécie humana, do reconhecimento e da aprovação do outro: o desprezo é o pior mal de pode acontecer ao ser humano. Smith não descarta a aquisição de bens materiais como busca incessante do homem, mas coloca essa busca como meio (e não fim) para adquirir respeito, consideração e a simpatia da sociedade, algo que a *condição vergonhosa do pobre* não permite.

Em seu *Tratado da natureza humana* de 1740,

Hume (1973) destaca três bens de auto-interesse que são notadamente perseguidos pelos agentes (indivíduos): bens da mente, do corpo e bens externos. Há uma proposta geral em ambos, Hume e Smith, de uma teoria geral da motivação humana, na busca de bens externos (Hume), baseada na vaidade. Em ambos fica clara a idéia de que não podemos formar um desejo que não se refira à sociedade. Segundo eles, a imaginação e os sentimentos de simpatia e estima, enfim, a vaidade e não o estômago é que governa a humanidade.

Segundo Hume (1973), o objetivo da educação é dirigir a vaidade para objetos que possam ser alvos de admiração e que fortaleçam a auto-

estima daquele que alcança tais bens materiais externos, através da aprovação do outro. Smith (GIANETTI, 1998), por seu lado, ao mesmo tempo que expõe sua teoria dos desejos humanos e da opinião favorável do outro sobre o objeto de desejo, alerta para o perigo de formarmos um raciocínio moral deficiente, se confundirmos o desejado (o objeto de nossos desejos) com o desejável, que são as virtudes, a formação de considerações imparciais e objetivas das coisas que podem nos fazer experimentar estima ou aversão. Atenta ainda para a efemeridade do prazer proporcionado pela aquisição de bens externos, que "perdem seu ofuscante esplendor" (GIANETTI, 1998) assim que nos tornamos seus proprietários.

Velho (1999, p.86), analisando as idéias de Schutz (1979), nos dá uma dimensão sócio-antropológica da motivação distinguindo os "motivos a fim de" dos "motivos por quê". Os primeiros referem-se ao futuro, os segundos ao passado. Nos "motivos por quê" há a necessidade de reconstrução da história de vida do indivíduo ou grupo, suas condições de vida anteriores, crenças, valores, contexto

Na verdade histórica e antropológica, o nascimento da razão política é parte do processo de hominização que se inicia no Neolítico (invenção da política, da arte e da técnica refinada).

histórico. Essa reconstrução é acessível ao observador, àquele que estuda o fato social provocado pelas ações do indivíduo. Há aí um campo de possibilidades e uma rede de significados em jogo. Mas não é o projeto pessoal em si “que é o motivo a fim de”, mas a decisão, que é a ação materializada no mundo, voluntariamente. Por exemplo: posso imaginar a destruição do Empire States, mas nunca realizá-lo. Pode-se indagar: há aqui espaço para o desenvolvimento da consciência e do senso crítico, do ato total voluntário, dependente exclusivamente do indivíduo, enquanto ser único? Em termos. Convém lembrar, e esta é uma grande contribuição das Ciências Sociais, que o indivíduo tem a sua rede de significados limitada por sua cultura, valores, crenças, atitudes e tipificações próprias que lhe fornecem um campo de possibilidades específico e explica para o observador o porquê de suas ações.

Não há, portanto, para uma tentativa de compreensão da motivação humana como ignorar aspectos históricos, culturais, econômicos e políticos, aparentemente distantes do indivíduo singular, mas que, somados à sua biografia, socialização, temperamento e personalidade, lhe dão um repertório simbólico e um campo de possibilidades único para suas decisões particulares na vida.

Mas para traçarmos um caminho para a compreensão, mesmo que parcial, do indivíduo singular nesse cenário, é necessário não esquecer que além de u’á má compreensão e um certo *psicologismo* ao qual se submete algumas análises que misturam principalmente idéias, frases vazias, falácias -mente-se muito na política, às vezes com alguma argúcia, qualidade dos répteis - há estatísticas duvidosas, interesses pessoais e muito emocionalismo: principal causa da reificação e da alienação a que está submetida a pessoa que não desenvolveu o senso crítico. Além disso, ainda agem sobre nós sentimentos como *estranhamento* e *incompletude*.

O estranhamento diz respeito àquelas situações em que temos a sensação - emoções e sentimentos culturalmente instalados em nós, dos quais não temos consciência - de que, continuando com a metáfora teatral, perante a cena em que nos encontramos no palco, simplesmente não saberemos qual o nosso papel, nossa fala, pois mal conhecemos o texto, os atores e o diretor. Há, portanto, uma vaga consciência - sensação, na verdade - de que não estamos no papel certo, no momento certo, na montagem teatral certa.

Relacionado diretamente ao estranhamento há a certeza de que estamos sendo observados, notados, e a aprovação ou desaprovação do outro nos dá idéia de nossa incompletude. Em suma, em nosso intimíssimo temos uma consciência geral de quem somos, mas em nossa incom-

pletude precisamos agir socialmente para validar nossa ação como ação humana, isto é, ser ou não considerado socialmente.

É nesse ponto que precisamos analisar brevemente a motivação. Segundo Todorov (1996) “é o reconhecimento que determina, mais que qualquer outra ação, a entrada do indivíduo na existência humana”. A existência é, portanto, um reconhecimento contínuo, implicando ou não jogos de poder. Todorov afirma:

Um indivíduo que investiu o essencial da demanda de reconhecimento no domínio público e não mais recebe qualquer atenção se vê de repente privado de existência [...] por não mais existir publicamente, tem a impressão de não mais existir. (TODOROV, 1996, p. 90-91).

Quanto à incompletude, esta, segundo Todorov (1996, p. 100), é *incurável*:

senão seríamos também ‘curados’ de nossa humanidade [...] o reconhecimento de nosso ser e a confirmação de nosso valor são o reconhecimento de nossa existência.

A raiz da violência, tema tão contemporâneo, pode ser encontrada abaixo desse *húmus* orgânico-social, formado de relações de estranhamento, incompletude e necessidade de reconhecimento. Mas esse é um tema a ser analisado em uma outra ocasião.

Considerações finais

O mundo globalizado de hoje, para alguns mais interativo - portanto mais visível em seu todo - atua na motivação humana, e na ação do agente político enquanto individualidade e coletividade. O fascínio do tema está na sua contemporaneidade, mas igualmente na recorrência histórica no decorrer de séculos de preocupação sobre qual o sentido e as razões dos atos humanos, permitindo visualizar a união nas diferenças, nas contradições, nas divergências e nas convergências, na busca da concórdia mundial e valorização da dignidade humana através do respeito às diversas tradições e culturas políticas.

Através desse nexo, ao longo do texto, vimos que a política é conexas à liberdade e transforma o indivíduo atado a si mesmo, amesquinhado - restrito aos interesses individuais -, em um sujeito aberto ao espaço público, ao interesse coletivo, em defensor da coisa pública (*Res publica*), em admirador da República. Em assim, na primeira parte do texto tentamos demonstrar que política não

se confunde com autoritarismo ou individualismo extremado em busca de força, mando - reações típicas de um poder sem autoridade -, e nem com as mazelas da corrupção. Pois, a corrupção é atividade mesquinha e costumeira àqueles que margeiam os detentores ou os próprios focos do poder de mando. Enfim, vimos que política é poder, enquanto substrato social, e é comando, uma vez que não se manda ou outorga, antes, define-se a ação em conjunto, promulga-se e por isso (co)manda-se.

Na segunda parte, de forma complementar, destacamos a necessidade de não perdermos de vista a análise do indivíduo singular em sua incompletude e que, embora esta possa ser considerada um universal, é sentida e manifestada de forma pessoal e íntima por todo ser humano. Uma espécie de fragmentação do repertório humano no agir, a ação última da motivação, e que tem levado a equívocos ou pelo menos ilusões cognitivas na tentativa de explicar o comportamento humano no limitado leque disponível de ações e na relativa liberdade que está muito mais presente no âmbito do pensar, na imaginação, fantasia e atividade intelectual, do que propriamente na ética de suas ações. Porque se é passível de aceitação a vocação do ser humano à liberdade no plano das idéias, deve-se ver com reservas essa liberdade no agir, isto é, nas ações sociais e políticas, dado que somos uma combinação de múltiplas relações humanas e nossa liberdade é permeada, instigada, elevada pela liberdade do *outro*. E assim também se efetiva a relação política, pois a liberdade provém da interação dos interesses pessoais e da liberação dos anseios coletivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. A crise na Educação. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *Entre o passado e o futuro*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Educação para a democracia. *Lua Nova, revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 38, 1996.

_____. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.

CONFORTI, Marcos da Fonseca. *Algumas idéias do século XVIII e sua influência sobre os conceitos de motivação*. Artigo científico (Requisito para conclusão da disciplina Teoria Política Clássica-Mestrado em Ciências Sociais). UNESP-Universidade Estadual Paulista. Marília, 2002.

DUVIGNAUD, Jean. *La solidaridad: vínculos de sangre y vínculos de afinidad*. México-DF: Fondo de Cultura Económica, 1990.

GIANETTI, Eduardo da Fonseca. A psicologia do agente econômico em David Hume e Adam Smith. In: GALVÃO QUIRINO, Célia; VOUGA, Cláudio et MARÇAL BRANDÃO, Gildo (orgs.). *Clássicos do pensamento político*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1998.

HUME, David. *Traité de nature humain: essai pour introduire la méthode expérimentale dans les sujets moraux*. Trad. Andrei Leroy. Paris: Montaigne, 1973. 2 t.

LÉVY-BRUHL, Henri. *Sociologia do Direito*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1964.

MARTINEZ, Vinício Carrilho. Ciências cognitivas: para uma tecnologia política. In: *Encontro com as ciências cognitivas, 1997*, Marília. Anais, Marília: UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, 1997a.

_____. *O cidadão do silêncio*. Marília: UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, 1997a.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Em defesa da política*. São Paulo: SENAC, 2001.

RESENDE, Otto Lara. *Bom dia para nascer: crônicas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. 2. ed. Tradução Lourdes Machado; introdução e notas Paulo Arbousse-Bastide et Lourival G. Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 432 p. (Os Pensadores).

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: ensaio de Antropologia Geral*. Tradução Denise Bottmann et Eleonora Bottmann. Campinas: Papyrus, 1996. 175 p. [Título original: La vie commune: essai d'Anthropologie générale.] ISBN 85-308-0411-2.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 149 p. (Antropologia Social). ISBN 85-7110-010-1.

VIEIRA, (Pe.) Antonio. *Sermão do bom ladrão*. São Paulo: Princípio, 1993.

WEFFORT, Francisco. *O que é deputado*. São Paulo: Brasiliense, 1986.